



Processo nº: 19000/2012 A (um volume).

Apenso: Processo nº 097.001.354/2012 (dois volumes).

Jurisdicionada: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF.

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: Não especificado.

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Apuração de possível prejuízo decorrente da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários em contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação e de fornecimento e instalação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica. A unidade técnica sugeriu o encerramento da TCE por ausência de prejuízo. Parecer divergente: envio da TCE à então Secretaria de Transparência e Controle para elaboração do Relatório/Certificado de Auditoria. Juntada de documentos apresentados pelo Metrô-DF. Encaminhamento dos autos ao corpo técnico para novo exame. A unidade técnica mantém a proposta de encerramento por ausência de prejuízo. Parecer divergente: insuficiência da documentação apresentada para esclarecer as dúvidas levantadas pelo Órgão de Controle Interno e envio dos autos à atual Controladoria Geral do Distrito Federal para as manifestações de sua alçada. Voto pelo acolhimento do parecer ministerial.



RELATÓRIO

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar eventuais danos causados ao erário em face da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários verificada nos Processos nº 097.001.389/2008 e 097.001.077/2009.

No exame inicial, por meio da Informação nº 174/2014 – SECONT/3ª DICONT (fls. 23/28), a unidade técnica sugeriu que a Corte considerasse regular o encerramento desta TCE, por ausência de prejuízo, em conformidade com o entendimento da Comissão Tomadora e da Auditoria Interna do Metrô-DF.

Os autos foram, então, encaminhados ao Ministério Público de Contas do DF - MPCDF que, por meio do Parecer nº 904/2014-DA (fls. 29/41), pugnou por que a TCE fosse remetida à então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC¹, para elaboração do respectivo relatório/certificado de auditoria.

Posteriormente, o então Procurador-Geral do MPCDF, por meio do Ofício nº 23/2015-MPC/PG (fl. 43), encaminhou a este Relator o Ofício nº 323/2014-MPC/PG (fl. 44), enviado ao Metrô/DF, solicitando cópias dos Processos nº 097.001.389/2008 e 097.001.077/2009, bem como a resposta do Metrô/DF a esse expediente (Ofício nº 457/2014-PRE e anexos - fls. 45/143).

Mediante o Despacho de fl. 144, de ordem, os autos foram devolvidos à Secretaria de Contas, para análise da referida documentação.

¹ Atual Controladoria Geral do Distrito Federal



Nesta fase, analisando a documentação juntada aos autos, o corpo técnico assim se manifestou:

7. *Após exame da documentação nova acostada aos autos, concluímos que não há elementos que ensejam modificar as sugestões constantes da instrução anterior. Neste sentido, destacamos que não encontramos indícios de dano ao erário decorrentes das questões tratadas nos Processos nº 097.001.389/2008 e 097.001.077/2009.*

8. *Esclarecemos que a documentação trazida, à exceção da Nota Técnica de fls. 47/50 e das mídias contidas no envelope acostado ao verso da fl. 46, consiste basicamente de cópia do Processo nº 097.001.456/2012, que trata de sindicância instaurada para elucidar fatos e apurar responsabilidades concernentes ao contrato celebrado pelo Metrô/DF com a empresa TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda., o mesmo objeto do Processo nº 097.001.389/2008.*

9. *Analizando o Processo nº 097.001.456/2012 (cujas peças, juntamente com as dos Processos nº 097.001.389/2008 e 097.001.077/2009, podem ser vistas nas mídias acondicionadas no envelope acostado ao verso da fl. 46), verificamos que o processo referente à aludida sindicância foi arquivado com fundamento nos artigos 210 e 215 da Lei Complementar nº 840/2011², conforme ata de reunião da Comissão de Sindicância, cuja cópia juntamos às fls. 146/147.*

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARECER Nº 904/2014-DA

10. *Conforme apontado no parágrafo terceiro desta Informação, o então Procurador-Geral do MPJTCDF, mediante o Parecer nº 904/2014-DA (fls. 29/41), sugeriu ao Plenário que determinasse a remessa destes autos à então STC, para manifestação.*

11. *Como divergimos desse posicionamento, por considerarmos que não constam dos autos indícios de prejuízo, transcreveremos adiante, em destaque, os pontos sobre os quais o MPJTCDF entendeu que o Controle Interno deveria manifestar-se, apondo, em seguida, a fundamentação do Parquet Especializado e nosso entendimento sobre a matéria.*

Processo n.º 097.001.389/2008: *as análises e conclusões expendidas pela Comissão Tomadora, ratificadas pela Coordenadoria Jurídica e pela Auditoria Interna do Metrô/DF, verificando a regularidade e compatibilidade dos valores contratados pela Companhia junto à empresa TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. com os praticados pelo mercado, uma vez que não constam do citado feito a metodologia utilizada para estimativa do valor global para a contratação, os estudos realizados para a definição dos quantitativos de equipamentos e materiais previstos para implantação do SBE, nem as pesquisas de preços que subsidiaram a composição dos custos unitários praticados no Contrato n.º 01/2008*

² Art. 210. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, pela:

I – ausência de dolo;

II – eventualidade do erro;

III – ofensa íntima aos bens jurídicos tutelados;

IV – prejuízo moral irrelevante;

V – reparação de eventual prejuízo material antes de se instaurar sindicância ou processo disciplinar.

[...]

Art. 215. Da sindicância pode resultar:

I – o arquivamento do processo;

II – instauração de processo disciplinar.



SÍNTESE DA FUNDAMENTAÇÃO DO MPjTCDF

12. Após relatar que a matéria tratada no Processo nº 097.001.389/2008 (contratação de serviços e fornecimento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE do Metrô/DF) já tinha sido objeto de exame pelo Tribunal no Processo nº 39.314/2008, bem como no Processo nº 4.264/2009 (que tratava de denúncia relativa à Concorrência nº 06/2008-Metrô/DF), o representante do MPjTCDF pontuou que o primeiro feito limitou-se a examinar aspectos formais contidos nos documentos elaborados para subsidiar o procedimento licitatório e que a denúncia não apontava a inexistência de quantitativos ou planilhas de custos unitários dos equipamentos e materiais referentes às obras de infraestrutura e adaptação das instalações do Metrô/DF ao SBE (fls. 30/31).

13. Destacou, por outro lado, que o Controle Interno suscitou a necessidade de apuração de eventuais prejuízos decorrentes da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários na contratação da empresa TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. (fl. 32).

14. Após constatar que constam dos autos os quantitativos dos equipamentos necessários à implantação do SBE, bem como pesquisa de preços junto a empresas fornecedoras desses instrumentos, o que, a princípio, afastaria a ocorrência das falhas apontadas pelo CI e, em decorrência, a existência de prejuízo, o então Procurador-Geral considerou que questões essenciais não foram examinadas pela Comissão Tomadora, pela Coordenadoria Jurídica do Metrô/DF e pela Auditoria Interna daquela Companhia, o que teria levado a uma “análise meramente formal e superficial por parte da Unidade Técnica do TCDF” (fl. 33).

15. Apontou que não houve detalhamento dos quantitativos e respectivos custos unitários dos insumos necessários à infraestrutura e instalação dos equipamentos do SBE, entendendo ser inaceitável que a definição desses quesitos fosse realizada com base em “visita técnica” das empresas concorrentes, antes de estimarem o valor global de seus custos (fl. 33).

16. Destacando o disposto no artigo 47 da Lei nº 8.666/1993³, registrou que o Metrô/DF não disponibilizou documentos e informações necessárias para orientar a vistoria técnica das empresas, entendendo que a falta de tais elementos impede a apresentação de propostas equânimes e impossibilita a confrontação dos preços de referência adotados pela Companhia com os efetivamente propostos pelas empresas e com os praticados no mercado (fl. 34).

17. Ressaltou a ocorrência contida no **subitem 3.3 – ausência de pesquisa de preços e consequente superfaturamento nas aquisições e serviços**, do Relatório de Auditoria nº 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC, esclarecendo que o Controle Interno apontou indícios de superfaturamento que poderiam ter acarretado prejuízo de R\$ 314.576,21 aos cofres distritais (fl. 34).

18. Apesar de reconhecer que o Tribunal já havia se manifestado acerca dos aspectos formais envolvidos na contratação dos serviços para fornecimento do SBE, entendeu prematuro concluir-se pela ausência de prejuízo, dada a falta de

³ Art. 47. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.



apresentação de pesquisa de preços e de documentos comprobatórios da regularidade dos valores constantes do contrato (fls. 34/35).

19. *Destacou que a TCE em apreço originou-se de recomendação do Controle Interno e que os autos não foram remetidos para análise daquele órgão, em observância ao artigo 14 da Resolução nº 102/1998, frisando que o Tribunal vem, reiteradamente, entendendo que, independentemente de a Comissão Tomadora concluir pela ausência de prejuízo, os processos de TCE com valor do dano deflagrador da apuração superior ao de alçada fixado pela Corte deverão ser encaminhados ao Órgão Central do Controle Interno, transcrevendo, nesse sentido, várias decisões (fls. 35/37).*

20. *Considerando a ausência de manifestação do Controle Interno, reputou necessário o encaminhamento dos autos à então STC para pronunciamento quanto às análises e conclusões expendidas pela Comissão Tomadora, ratificadas pela Coordenadoria Jurídica e pela Auditoria Interna do Metrô/DF, manifestando-se acerca das questões descritas na epígrafe deste tópico (fl. 38).*

ANÁLISE

21. *Como dito na instrução anterior e no Parecer do representante do MPjTCDF, este Tribunal já examinou a Concorrência nº 006/2008, relativa à contratação de serviços e fornecimento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, por meio do Processo nº 39.314/2008.*

22. *Apesar de o referido feito ter como fim o exame de aspectos formais contidos nos documentos elaborados para subsidiar o procedimento licitatório, ressaltamos que a análise deteve-se, também, na conferência das quantidades e custos unitários, conforme expresso na Informação nº 04/2009-3ª ICE/AUDIT (cópia acostada às fls. 150/157), na seguinte consideração sobre o valor estimado da contratação (fl. 152):*

5. Para que se avaliasse o valor estimado da contratação, foram conferidas as quantidades e custos unitários dos itens mais relevantes presentes nas planilhas do empreendimento [...] (Grifamos).

23. *Além disso, apontamos que, naquela oportunidade, foram encontradas divergências nas quantidades e questionada a origem de alguns custos (fls. 152/155), o que resultou em determinações à Companhia mediante as sugestões contidas na mencionada Informação (fls. 156/157), as quais foram acatadas pela então Conselheira-Relatora/Presidente em exercício, conforme se depreende do seguinte trecho do Voto que fundamentou a Decisão Liminar nº 206/2009, proferida ad referendum do Plenário⁴:*

A 3ª ICE faz minucioso exame do edital, constantes do relatório que apresentei, apontando diversas impropriedades, opinando assim por determinações à jurisdicionada e republicação do edital, as quais encampo.

24. *Destaque-se que o Tribunal, por unanimidade, mediante a Decisão nº 296/2009, referendou a deliberação supramencionada, que autorizava, também, o arquivamento dos autos.*

25. *Além disso, importa-nos mencionar que o Processo nº 4.264/2009 tratou de denúncia formulada pela empresa TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. em face do edital da Concorrência nº 006/2008-Metrô/DF, apontando, entre outros supostos vícios, a desconformidade do orçamento estimativo, por violação ao disposto*

⁴ Consulta realizada no e-TCDF.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 6

Proc.: 19000/12

Antônio

nos artigos 7º, parágrafo 2º, inciso II, e 40, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993⁵.

26. A mencionada denúncia foi reconhecida pelo Tribunal como se representação fosse, consoante alínea “a” do item I da Decisão nº 74/2009, oportunidade em que a Corte também tomou conhecimento, por meio da alínea “c” da aludida deliberação, da representação oferecida pela empresa Embryo WEB Solutions Ltda.

27. Após tomar conhecimento da sentença⁶ e dos demais atos processuais relativos ao Mandado de Segurança nº 2009.01.1.015474-5, então em curso na 1ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a Corte, por intermédio do item II da decisão mencionada retro, considerou prejudicado o exame das representações ofertadas pelas empresas TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. e Embryo WEB Solutions Ltda., bem como das manifestações do Metrô, tendo em vista a tramitação da ação judicial indicada acima, informando às partes que a questão estava sendo examinada pelo Poder Judiciário, o que impediria qualquer manifestação do TCDF sobre a mesma matéria, ante a prevalência das decisões judiciais, exceto quanto às questões não tratadas por aquele juízo. Informou à Companhia, ainda, mediante o item III, que pudesse prosseguir na realização da Concorrência nº 006/2008, após o cumprimento da decisão judicial, com a republicação do edital.

28. No que importa mencionar, destacamos, por fim, que a Corte tomou conhecimento da republicação do edital por meio do item I, alínea “a”, da Decisão nº 5.402/2009. Posteriormente, mediante a Decisão nº 5.223/2012, item V, determinou o arquivamento do Processo nº 4.264/2009.

29. Conforme relatado nos parágrafos anteriores, a Concorrência nº 006/2008-Metrô/DF foi examinada pela Corte nos Processos nº 39.314/2008 e 4.264/2009, bem como pelo Poder Judiciário no Mandado de Segurança nº 2009.01.1.015474-5, quando se discutiu, entre outros assuntos, a adequação das quantidades e custos unitários, sem terem sido apontadas, naquelas oportunidades, falhas que pudessem ensejar a ocorrência de prejuízo ao erário.

30. Cumpre-nos repisar, também, que diversos procedimentos já foram instalados no âmbito do Metrô/DF para apurar a ocorrência, sem que se apontassem indícios de prejuízo. Mencionamos, nesse sentido, as conclusões da Comissão

⁵ Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: [...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: [...]

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; [...].

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: [...]

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante: [...]

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; [...].

⁶ Sentença com o seguinte dispositivo:

“Ante o exposto, **CONCEDO EM PARTE** a segurança pretendida somente para determinar a reformulação dos itens 9.5 e 9.6.3, alínea “e”, de que não seja exigida simultaneamente a garantia de participação e a comprovação de capital social mínimo, bem como seja ampliado o conceito de quadro permanente a fim de abarcar contrato de prestação de serviço vinculado à execução do contrato.

Nos termos do artigo 21, 4º da Lei 8.666/93, o edital deverá ser republicado, com reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

Declaro resolvido o mérito da demanda com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil”.



Tomadora, da Coordenadoria Jurídica do Metrô/DF e da Auditoria Interna daquela Companhia, bem como dos resultados da sindicância objeto do Processo nº 097.001.456/2012.

31. De outra parte, apontamos que a Companhia enviou à Corte a Memória de Cálculo dos Preços Utilizados para Composição do Valor Global Estimado Para o SBE (documento de fls. 54/57), bem como a documentação relativa à pesquisa de preços (fls. 58/143).

32. Ante o exposto, manteremos o entendimento de que esta TCE possa ser considerada encerrada por ausência de prejuízo, nos termos propostos na instrução anterior.

Processo n.º 097.001.077/2009: a regularidade das pesquisas de preços realizadas para confecção das planilhas de custos de referência adotadas pelo Metrô/DF no citado feito, apurando a compatibilidade dos valores contratados junto à empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.** com os praticados no mercado, convalidando a composição dos custos unitários contratados e, por consequência, manifestando-se sobre a ocorrência ou não do prejuízo suscitado originalmente pelo Órgão de Controle Interno

SÍNTESE DA FUNDAMENTAÇÃO DO MPJTCDF

33. Salientou que a TCE foi recomendada pelo CI em razão da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários na contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., apontando que não consta dos autos cópia do contrato ou informações quanto a pesquisas de preço ou valor efetivamente contratado (fl. 38).

34. Destacou afirmação, constante do Termo de Inquirição de fls. 229/230*, de que a planilha de custos fora juntada aos autos posteriormente, bem como indicação da Comissão Tomadora de os valores da planilha foram baseados nos valores fornecidos pela Divisão de Apoio, retirada de pesquisa de mercado (fls. 38/39).

35. Afirmou que a documentação carregada aos autos demonstra, a princípio, a existência de relação com os quantitativos e preços unitários, o que afastaria a falha apontada inicialmente pelo CI (fl. 39).

36. Entretanto, entendeu que esses documentos não eram suficientes e satisfatórios para afastarem a falha apontada pelo CI, uma vez que as pesquisas de preços utilizadas como referência para a confecção da planilha de composição de custos não foram efetivamente trazidas aos autos. Considerou, ainda, que a mera existência de planilhas de custos da categoria profissional não era capaz de atestar, com segurança, a regularidade dos quantitativos estimados, até porque não foi apresentada a metodologia usada pela Companhia para levantamento estimativo dos quantitativos (fl. 39).

37. Apontou que, apesar de as apurações serem oriundas de recomendação do Controle Interno, os autos não foram submetidos à apreciação daquele órgão, atendendo ao artigo 14 da Resolução nº 102/1998. Nesse sentido, entendeu imprescindível o encaminhamento dos autos à então STC, para se pronunciar acerca da regularidade das pesquisas de preços realizadas para confecção das planilhas de custos de referência adotadas pelo Metrô/DF no Processo nº 097.001.077/2009, visando apurar a compatibilidade dos valores contratados junto à empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. com os praticados no mercado.

ANÁLISE



38. *O questionamento do MPjTCDF envolve duas ocorrências:*
- a) as pesquisas de preços utilizadas como referência para a confecção da planilha de custos dos equipamentos e utensílios de limpeza não foi juntada aos autos;*
 - b) não se apresentou a metodologia utilizada para levantamento dos quantitativos no tocante à planilha de composição de custos de mão de obra.*
39. *A planilha relativa à alínea “a” do parágrafo anterior encontra-se acostada às fls. 03/04*. A respeito desse item, fazemos duas ponderações: (i) destacamos a baixa quantia envolvida (R\$ 24.515,15); e (ii) apontamos que, do exame dos preços respectivos, não vislumbramos nenhum valor cuja disparidade represente indício de prejuízo.*
40. *No tocante à planilha de composição de custos referente à mão de obra, indicada na alínea “b” do parágrafo 38 retro, verificamos que os valores estão de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 (fls. 46/62 do Processo nº 097.001.077/2009⁷), conforme indicado no Ofício nº 457/2014-PRE (fls. 45/46).*
41. *Relativamente aos quantitativos, cuja adequação falta comprovação e pode ser questionada segundo o MPjTCDF, destacamos que estão estipulados no Anexo III do Termo de Referência (cópia de fl. 149). Na falta de parâmetros e apenas para exemplificar, se tomarmos os 16 serventes então destinados ao CAO⁸ (maior quantitativo por local) e compararmos com a superfície de piso (em m²) constante do Anexo II do Termo de Referência (cópia de fl. 148), relativo às Medidas das Áreas, verificamos que cada Servente cuidaria da limpeza de 483 m², o que parece razoável⁹.*
42. *Por outro lado, entendemos que não seja viável neste momento, após 6 anos da contratação, verificar se os quantitativos estipulados estavam adequados às demandas da época.*
43. *Diante do exposto, manteremos o entendimento de que esta TCE possa ser considerada encerrada por ausência de prejuízo, nos termos propostos na instrução anterior.*

Nessa linha, sugeriu que a Corte considere regular o encerramento da TCE em face da ausência de prejuízo¹⁰.

⁷ O conteúdo digitalizado desse feito integra uma das mídias acondicionadas no envelope acostado ao verso da fl. 46.

⁸ Depreendemos que essa sigla refere-se ao Centro Administrativo e Operacional.

⁹ Resultado da soma das superfícies em m² (2.982 + 540 + 20 + 4.200 = 7.742) dividida pela quantidade de profissionais (16).

¹⁰ I. tome conhecimento:

- a) dos Ofícios nº 261/2012-PRE (fl. 1), 242, 247 e 333 e 406/2013-PRE e respectivos anexos (fls. 3/17 e 19);
- b) dos Ofícios de Diligência Saneadora nº 42 e 106/2013 – SECONT/GAB (fl. 2 e 18);
- c) do Processo nº 097.001.354/2012 – apenso;
- d) da Informação nº 174/2014 (fls. 23/28);
- e) do Parecer nº 904/2014 – DA (fls. 29/41);
- f) dos documentos de fls. 43/144;

II. considere regular o encerramento desta TCE, por ausência de prejuízo, com amparo no artigo 13, inciso III, da Resolução TCDF nº 102/98;

III. autorize a devolução do Processo nº 097.001.354/2012 ao Metrô-DF e o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias e arquivamento.



O douto Ministério Público, em parecer do eminente Procurador Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, divergindo desse entendimento, entende ser necessário que os autos retornem à Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF para elaboração do Relatório/Certificado de Auditoria quanto às Tomadas de Contas Especiais instauradas para apuração de eventuais prejuízos decorrentes da ausência de comprovação da regularidade dos quantitativos e custos unitários nos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009.

Em abono de sua tese, apresentou a seguinte fundamentação:

10. *Não é demais reiterar que o procedimento apuratório em exame decorre de recomendação formulada pela então Controladoria-Geral da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, devido às constatações constantes do **Item 3.7** – Ausência de quantitativos e custos unitários, conforme indicado no Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC:*

*a) Na fase de infraestrutura, o relatório de ajuste de concepção e modelagem de dados contempla os **layouts** de TI, construção civil, elétrica e lógica, conforme verificado no **Processo n.º 097.001.389/2008**, no entanto, não são descritos os quantitativos necessários e respectivos custos unitários, a exemplo do cabeamento e canaletas, tomadas elétricas e de dados, eletrocalhas, planilhas dos custos das obras de estrutura e adaptação o que também não foi detalhado nos respectivos processos de pagamento, contrariando os arts. 7º, §2º, inciso II, e 40, §2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.*

*b) Fato semelhante ocorreu na análise do Anexo VII do Edital n.º 02/2009 – **Processo n.º 097.001.077/2009**, que contempla a relação de equipamentos/utensílios, materiais de limpeza e EPI – Equipamentos de Proteção Individual, contendo a periodicidade de reposição. No entanto, não abrange o quantitativo de tais produtos e nem a projeção de gastos que justificassem os valores inseridos nas planilhas de custo, sem deixar de mencionar que o provisionamento também abarcou as categorias profissionais de auxiliar de encarregado e recepcionista. A ausência de composição e detalhamento dos custos unitários dos materiais/utensílios e equipamentos inviabiliza a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, já que contraria literalmente o disposto no §2º, inciso II do art. 7º c/c §2º, inciso II do art. 40, da Lei 8.666/93. (grifei) (fl. 22 do Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC).*

Do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE (Processo n.º 097.001.389/2008)

11. *A contratação de serviços e fornecimento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) pelo Metrô/DF se deu por meio da Concorrência n.º 006/2008, examinada no Processo n.º 39.314/08, oportunidade em que o Tribunal determinou à Companhia procedesse a diversas correções no edital (Decisão Liminar n.º 206/2009–P/AT, referendada pela Decisão n.º 296/2009).*



12. O Tribunal examinou, ainda, denúncia formulada pela empresa **Tacom Engenharia e Projetos Ltda.** relativa à Concorrência n.º 06/2008–Metrô/DF, objeto do Processo n.º 4.264/09, determinando que a Companhia não efetuasse a integração do SBE e do SBA (Sistema de Bilhetagem Automática) sem que a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos – CCRC estivesse em pleno funcionamento, devendo implementar apenas a integração instituída no Decreto n.º 30.011/09 (Serviços Básicos operados por micro-ônibus da TCB com o Metrô/DF); além de determinar alteração no Capítulo 24 do referido edital, de modo a assegurar ao contratante o direito de livre acesso, a qualquer tempo, ao código-fonte do software utilizado no SBE (Decisão n.º 5.402/2009).

13. As determinações em comento foram efetivamente adotadas pelo Metrô/DF, conforme reconhecido pelo Tribunal na Decisão n.º 7.457/2009.

14. As análises realizadas no edital da Concorrência n.º 006/2008 não constataram falhas concernentes à inexistência de quantitativos ou planilhas de custos unitários dos equipamentos e materiais referentes às obras de infraestrutura e adaptação das instalações do Metrô/DF ao SBE, sendo os Processos n.º 39.314/08 e n.º 4.264/09 arquivados, respectivamente, pela Decisão Liminar n.º 206/2009–P/AT, referendada pela Decisão n.º 296/2009, e pela Decisão n.º 5.223/2012.

15. Entretanto, cumpre ressaltar que o exame realizado pelo Tribunal se limitou à análise formal dos documentos elaborados para subsidiar o procedimento licitatório, verificando a aderência do edital e do Termo de Referência à legislação aplicável à matéria e, apesar de não serem identificadas transgressões, foram constatadas discrepâncias entre os quantitativos de pessoal e equipamentos previstos para a execução do SBE, assim como apontado no Relatório de Auditoria n.º 05/2012–DIMAT/CONIE/CONT/STC, oportunidade em que o Órgão de Controle Interno recomendou a instauração de TCE para apuração de eventuais prejuízos na contratação da empresa **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.**

16. Embora os trabalhos apuratórios tenham constatado a existência de quantitativos dos equipamentos necessários à implantação do SBE e a realização de pesquisa de preços junto a empresas fornecedoras desses equipamentos (**TACOM; DATAPROM; APB PRODATA; TRANSDATA e DIGICOM**), questões essenciais não foram devidamente examinadas, tais como a inexistência de metodologia para composição do valor global do certame, bem assim de detalhamento dos quantitativos e respectivos custos unitários dos insumos necessários à infraestrutura e instalação dos equipamentos do SBE – cabeamento, canaletas, tomadas elétricas e de dados, eletrocalhas, etc. – e de planilhas de custos das obras para estruturação e adaptação dos espaços do Metrô/DF para receber o sistema contratado.

17. Conforme externado no Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41), inaceitável que a definição de quantitativos e custos unitários dos equipamentos de instalação do SBE nas diversas estações do Metrô/DF fosse realizada com base em **visita técnica** das empresas interessadas antes de a Companhia realizar estudos e levantamentos internos para estimar todos os insumos e produtos demandados para compor documento técnico e subsidiar a apresentação de propostas.

18. Indispensável que o Metrô/DF, previamente, elaborasse levantamento dos materiais para orientar a visita das empresas interessadas, definindo a especificação e o detalhamento claro e objetivo de todos os aspectos envolvidos na instalação do SBE (espaços físicos, itens, produtos, metragens, padrões técnicos, tipos de materiais,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 11

Proc.: 19000/12

Antônio

etc.), oportunizando, assim, que eventuais licitantes tivessem acesso às mesmas informações nas visitas técnicas, garantindo, por consequência, isonomia entre as concorrentes.

19. Além disso, a vistoria deveria resultar em laudos, relatórios, atestados, ou outros documentos técnicos capazes de comprovar a realização das visitas, devidamente assinados por responsáveis indicados pelo Metrô/DF para acompanhamento das vistorias porventura efetuadas.

20. As peças processuais inicialmente carreadas aos autos não demonstraram a disponibilização prévia de documentos e informações necessárias a orientar vistoria técnica ou subsidiar a apresentação de propostas equânimes de custos pelas empresas interessadas no certame, impossibilitando a confrontação dos preços de referência adotados pelo Metrô/DF com os valores efetivamente propostos pelas licitantes e com os valores praticados pelo mercado.

21. Tal ausência ensejou sugestão ministerial no sentido de que os autos fossem remetidos ao Órgão de Controle Interno, unidade que recomendou a instauração da presente TCE, para análise e elaboração de Relatório/Certificado de Auditoria, manifestando-se acerca da regularidade e compatibilidade dos valores contratados pelo Metrô/DF junto à empresa **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.** no Contrato n.º 01/2008.

22. Todavia, cumpre observar que os documentos trazidos aos autos em atenção ao Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44), da lavra deste representante ministerial, esclarecem as questões inicialmente suscitadas, conforme veremos a seguir.

23. A Nota Técnica produzida pelo Metrô/DF (fls. 47/50) explicita a metodologia adotada pela Companhia para a estimativa do valor global da contratação, revelando que o preço constante do Termo de Referência foi obtido com base em pesquisa de preços realizada junto a 7 (sete) fornecedores de sistemas de bilhetagem homologadas pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – **APB Prodata Ltda.; Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda.; Digicon S/A Controle Eletrônico para Mecânica; Empresa 1 Sistemas de Automação e Comércio Ltda.; Fujitec/Consys Consórcio Inteligente; Tacom Engenharia e Projetos Ltda.; e Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda.** (fls. 68/111), conforme Ofício Circular n.º 06/2005-GAB/ST (cópia à fl. 58).

24. A referida Nota Técnica informa, ainda, que a empresa contratada seria responsável pelo “(...) fornecimento do conjunto de equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema” (fl. 48), em observância ao disposto no **subitem 4.5 – Fornecimento e Instalação do SBE** do citado Termo de Referência (fl. 204 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I).

25. Observa-se que os estudos relativos à definição dos quantitativos de equipamentos e materiais envolvidos na implantação do SBE foram realizados pelo Departamento de Administração do Metrô/DF, conforme se verifica no Termo de Referência carreado aos autos (fls. 193/293 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I), tendo por base o levantamento da disponibilidade dos equipamentos existentes, consolidado nas tabelas do **subitem 7.6 – Quantitativo Mínimo de Equipamentos Disponíveis** (fls. 240/243 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I).

26. Assim, para a implantação do SBE, a contratada deveria seguir as estimativas definidas na Tabela de Postos de Venda do SBE e na Tabela de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 12

Proc.: 19000/12

Antônio

Quantitativos de Equipamentos por Estação (fls. 268/269 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I), prevendo distribuição equânime de equipamentos por Estação e Sala de Gestão da Bilhetagem, incluindo equipamentos reservas, formulada com base no quantitativo do antigo sistema de bilhetagem (Sistema de Controle de Arrecadação e Fluxo de Passagens – SCAP) e no volume e expectativas de vendas das atuais e das futuras Estações, previstas para as Etapas 2 a 5 do projeto.

27. A Nota Técnica n.º 05/2014 indica que a Planilha de Cotação de Preços encaminhada às empresas foi padronizada, sendo constituída de 4 (quatro) fases – Atual, Fase 1, Fase 2 e Fase 3, cada uma contendo detalhamento dos Produtos (validadores, totens, bloqueadores, leitoras de cartão, servidores, etc.); Serviços (Projeto Executivo, instalação de equipamentos, implantação do SBE, treinamento, etc.); Licenças de Software (gerenciamento, vendas, estações, comunicação, etc.); Data Center (link, hospedagem, etc.); Manutenção e Correção de Falhas (equipamentos, software, aplicativos, data center, etc.), para atender a todas as estações do Metrô/DF, em conformidade com a respectiva fase de implantação (fls. 78/81, 84/87, 96/99, 101/104, 108/111).

28. No tocante ao custo dos profissionais envolvidos no SBE (bilheteiro, supervisor e atendente), diurno e noturno, observa-se a adoção dos valores indicados para Operador de Caixa coletado no Banco Nacional de Empregos para a região do Distrito Federal (fls. 61/62), porquanto adequados aos serviços previstos no sistema, posteriormente consolidados nas Planilhas de Custos para cada operação e etapa do projeto de implantação (fls. 123/126 e 129/143).

29. Ao examinar a documentação constante da mídia eletrônica relativa ao SBE (CD TACOM do envelope de fl. 46v), observamos que o **Anexo I-A – Implementação do SBE, no item 13 – Critérios para Infraestrutura de Telecomunicações do SBE** (fls. 45/46 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I), apresenta as características, requisitos técnicos e materiais necessários às intervenções nas instalações do Metrô/DF para instalação da rede de dados e de energia elétrica, estabelecendo, para as 21 (vinte e uma) Estações em operação, no tocante às tubulações de cabeamento expostas sobre forro, a construção/ampliação de infraestrutura com tubos, eletrocalhas, condutes, curvas e acessórios em ferro galvanizado; e quanto às tubulações embutidas em parede, a construção/ampliação com componentes de PVC rígido, conforme levantamento consolidado na Tabela 1 – Infraestrutura de Lógica e Energia (fls. 47/48 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I) e em conformidade com o quantitativo de equipamentos destinados a cada Estação (fls. 58/61 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

30. O **item 13** estabelece, também, que, para as Estações em Construção (Etapas 2 a 5), a infraestrutura de cabos necessária ao SBE, compreendendo tubulações, canaletas, eletrocalhas, caixas de saída e de passagem, etc., deverá ser fornecida pelo Metrô/DF (**subitem 13.5 – Estações em Construção – Etapas 2 a 5**; fl. 46 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

31. Por sua vez, o **subitem 5.4 – Do Fornecimento e Instalações do SBE** do Termo de Referência (fl. 83 do Processo n.º 097.001.389/2008), dispõe que “A Contratada deverá fornecer o conjunto de equipamentos necessários para o pleno funcionamento do SBE, conforme especificações técnicas mínimas e condições



descritas no ANEXO I-B e as estimativas das quantidades de equipamentos, postos de vendas e postos de cadastramento necessários para funcionamento do SBE, nas suas diversas etapas, constantes do ANEXO I-G – Do Quantitativo de Equipamentos para o SBE (fl. 97 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I) e ANEXO I-E – Dos Serviços de Operação dos Postos de Vendas e Postos de Cadastramento do SBE”, conforme informado na Nota Técnica n.º 05/2014.

32. Ressalte-se que o Termo de Referência estabelece, dentre as atividades de implementação do SBE, etapa de recebimento e testes de aceitação do SBE (**subitem 5.3.4 – Do Recebimento e Testes de Aceitação do SBE**; fl. 83 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I), especificando os critérios para recebimento provisório e definitivo de cada fase do projeto nas Estações, com avaliações de infraestrutura e de operação, conforme descrito no **Anexo I-C – Do Recebimento e dos Testes de Aceitação** (fls. 49/52 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

33. Conforme se verifica no Termo de Recebimento apresentado pela empresa **Tacom Engenharia e Projetos Ltda.**, vencedora da Concorrência n.º 006/2008, a contratada desenvolveu atividades de construção e instalação de infraestrutura para suportar os equipamentos do SBE, relacionados por Estação, envolvendo 1) Cabeamento de Dados Lógicos; e 2) Infraestrutura Elétrica (fls. 4.163/4.238 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume XVIII), atividades realizadas em conformidade com descritivo dos serviços de cabeamento, infraestrutura e equipamentos de TI estabelecidos no Termo de Referência.

34. Todavia, importante registrar que os documentos trazidos aos autos não apresentam os valores e custos unitários dos insumos necessários para atender os quantitativos estabelecidos para a implantação do SBE, não restando explicitado o quanto esses materiais (tubos, eletrocalhas, canaletas, curvas, caixas de passagem, etc.) impactaram no preço global contratado.

35. Em que pese a Unidade Técnica concluir que “(...) não há elementos que ensejam modificar as sugestões constantes da instrução anterior” (fl. 159), cumpre observar que não foram realizadas análises apuradas acerca dos custos unitários e valores que compuseram a Planilha de Cotação de Preços elaborada pelo Metrô/DF e, por consequência, prejudicado exame de compatibilidade do preço contratado com os praticados no mercado, em desacordo com as disposições da Lei n.º 8.666/96, sobretudo no artigo 40, inciso X, e no artigo 43, inciso IV, impedindo afirmar-se que não houve prejuízo na contratação em exame.

36. No mesmo sentido, impende repisar que o Órgão de Controle Interno, unidade que recomendou a instauração da presente TCE, não se manifestou acerca dos documentos e elementos ora carreados aos autos e, nesse sentido, considero prematuro afirmar que os preços praticados no Contrato n.º 01/2008 estavam compatíveis com o mercado e que a celebração do citado ajuste não representou prejuízos injustificados ao erário.

37. Em face do exposto, ainda que se reconheça que os esclarecimentos e documentos anexados aos autos indiquem que os preços praticados no Contrato n.º 01/2008 tiveram por base levantamentos e estudos realizados previamente pelo Metrô/DF, cujos quantitativos de equipamentos e materiais foram estimados e consolidados em planilhas padronizadas e uniformes, encaminhadas às empresas fornecedoras de sistemas de bilhetagem homologadas pela ST/DF, entendo que não



foram apresentados, de forma clara e inequívoca, os custos unitários e valores que integraram o preço global praticado no ajuste em questão.

38. Nesse contexto, entendo imprescindível o encaminhamento dos autos ao Órgão de Controle Interno para as análises pertinentes e produção de Relatório/Certificado de Auditoria, devendo, posteriormente, o feito retornar ao Tribunal para exame dos resultados pela Unidade Técnica competente para verificar, aí sim, a regularidade da metodologia adotada, a adequação do procedimento de contratação e a compatibilidade dos valores praticados na Concorrência n.º 006/2008, objeto do Processo n.º 097.001.389/2008.

Da contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo n.º 097.001.077/2009)

39. As análises inicialmente realizadas apontaram que a documentação alusiva à contratação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis do Metrô/DF, com fornecimento de material e equipamentos, bem como de serviços de recepção e copa, objeto do Edital de Concorrência n.º 02/2009, não se mostrava suficiente para comprovação dos quantitativos e custos unitários, razão pela qual este representante ministerial, nos termos do Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41), entendeu imprescindível o encaminhamento dos autos ao Órgão de Controle Interno para que aquela unidade se pronunciasse acerca da regularidade das pesquisas de preços efetuadas para confecção das planilhas de custos de referência adotadas pelo Metrô/DF, além de apurar a compatibilidade dos valores contratados junto à empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.** com o mercado, uma vez que tais apurações foram recomendadas no Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC.

40. Todavia, em face da documentação trazida aos autos em atenção ao Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44), passo a examinar os elementos que constituem a cópia do Processo n.º 097.001.077/2009 (CD Dinâmica).

41. Preliminarmente, apesar de a Nota Técnica n.º 05/2014 não se referir ao Processo n.º 097.001.077/2009, verifica-se, na mídia eletrônica referente ao citado feito (fl. 46v), que o **item 4** – Das Obrigações da Contratada do Termo de Referência estabelece caber à contratada “(...) fornecer todos os equipamentos, materiais e produtos de limpeza, bem como Equipamentos de Proteção Individual nas quantidades suficientes e necessárias, com especificações adequadas, com qualidade e bom estado de conservação, conforme descrito no Anexo VI” (fls. 04/09 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I)

42. O citado **Anexo VI**, contempla Relação de Equipamentos e Utensílios de Limpeza e a Relação de Materiais de Limpeza (fls. 36/40 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I) e as planilhas de composição de custo foram elaboradas com base nos valores homologados na Convenção Coletiva de Trabalho de 2009/2010 (fls. 46/62 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I).

43. O Edital de Pregão Presencial n.º 02/2009-Metrô/DF, após a suspensão e ajustes decorrentes de questionamentos formulados por empresas interessadas no certame (fls. 313/375 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I), foi retirado pelas empresas interessadas (**Embrasg; Newcon Construções e Terceirizações Ltda-ME; Lyon-Ex Serviços Terceirizados Ltda-ME; Mega JJ Asseio e Conservação Ltda.; Empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais**



Ltda.; Manchester Serviços Ltda.; Construtora Artec Ltda.; Extra Prestação de Serviços Ltda.; Trópicos Engenharia e Comércio Ltda.; Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda.; Planalto Service Ltda.; Interativa Dedetização, Higiene e Conservação Ltda.; Brasfort Administração e Serviços Ltda.; Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda.; Ativa Conservação Limpeza Ltda.; Condor Consultoria e Administração Ltda.; Paulista Serviços e Transportes Ltda.; Agroservice; Coral Administração; e Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.), acompanhado dos seguintes documentos: Termo de Referência - Limpeza e Conservação, Copa e Recepção; Parte I - Procedimentos de Limpeza e Planilhas de Preços; Parte II - Descrição dos Serviços Copeira e Recepcionista; Parte III - Medidas das Áreas; Parte IV - Equipe Diária; Parte V - Horários de Trabalho; Parte VI - Estimativa de Custo; Parte VII - Relação de Equipamentos e Utensílios; Anexo - II Planilha de Preços; Anexo III - Planilha de Composição de Preços; Anexo IV - Modelo de Declarações; Anexo V - Minuta de Contrato; e Anexo VI - Carta de Fiança (fls. 107/207 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume I e fls. 388/451 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume II).

44. *Apresentaram proposta de preços as empresas Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.; Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda. e Manchester Serviços Ltda. (fls. 513/545 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume III), preenchendo Planilha de Composição de Custos por categoria profissional (Auxiliar de Encarregado, Servente, Recepcionista e Copeiro), pré-formatada e uniforme elaborada pelo Metrô/DF, contemplando, além do salário dos profissionais, os encargos sociais envolvidos e os insumos (uniformes, vales alimentação e transporte, equipamentos, materiais, etc.), sagrando-se vencedora a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., conforme ata acostada aos autos (fl. 597 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume III).*

45. *Os documentos carreados aos autos revelam que estudos e levantamentos preliminares foram realizados pelo Departamento de Administração do Metrô/DF, verificando-se os quantitativos de profissionais, materiais, equipamentos e utensílios de limpeza, além dos equipamentos de proteção individual, cabendo às empresas licitantes apresentar suas propostas de preços em Planilha de Composição de Custos padronizada, levando-se em consideração os salários das categorias profissionais envolvidas na prestação de serviços demandada e os valores dos insumos e encargos inerentes a contratos dessa natureza, presumindo-se que o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e produtos de limpeza seria de responsabilidade das licitantes, com base em relação de insumos previamente definidos, em quantidades suficientes e necessárias e em conformidade com as especificações estabelecidas para atender a qualidade dos serviços de conservação indicadas no Termo de Referência.*

46. *Entretanto, ainda que a prática adotada na contratação de empresas prestadoras de serviços de conservação e limpeza seja feita apenas com a apresentação de relação dos materiais e utensílios necessários às atividades demandadas, conforme se pode verificar nas cópias dos contratos acostados aos autos¹¹, o certo é que se torna indispensável a apresentação de pesquisa de preço*

¹¹ **Contrato n.º 10/2013** – CNJ e empresa Planalto Service Ltda. (fls. 1.076/1.092 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume V); **Contrato n.º 42/2012** – CNJ e empresa GVP Consultoria e Produção de


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 16

Proc.: 19000/12

Antônio

competente e hábil para demonstrar que os valores propostos pelas licitantes interessadas no objeto contratual sejam compatíveis com os praticados pelo mercado, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93.

47. *Embora conste da documentação apresentada pela jurisdicionada os seguintes elementos: Relação de Equipamentos e Utensílios de Limpeza (fls. 788/789 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV); Relação de Materiais de Limpeza (fls. 790/791 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV); e Relação de Equipamentos de Proteção Individual (fl. 792 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV), todos contendo os valores, quantitativos e necessidades de reposição praticados no Contrato n.º 034/2009, entendo que tais documentos não se prestam a comprovar a regularidade dos quantitativos e custos unitários exigidos na legislação de regência.*

48. *Nesse contexto, entendo necessário que o Órgão de Controle Interno também se manifeste acerca da regularidade dos procedimentos de contratação da empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.**, examinando a conformidade dos documentos ora acostados aos autos para verificar a compatibilidade dos quantitativos estimados e dos custos unitários praticados no Contrato n.º 034/2009-Metrô/DF (fls. 618/328 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume III), elaborando, na sequência, competente Relatório/Certificado de Auditoria a ser posteriormente submetido à apreciação da Corte de Contas.*

Da sindicância tratada no Processo n.º 097.001.456/2012

49. *O processo em questão trata de sindicância instaurada pelo Metrô/DF, em atenção à recomendação emitida pelo Órgão de Controle Interno, para elucidação dos fatos e apuração de responsabilidades havidas na contratação da empresa **TACOM Projetos DE Bilhetagem Inteligente Ltda.** para implementação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.*

50. *Conforme se verifica na Ata de Reunião da Comissão de Sindicância (fls. 146/147), referido processo foi arquivado, tendo em conta o Relatório Final da referida comissão sindicante (fls. 416/459 do Processo n.º 097.001.456/2012 – CD TACOM – Partes III e IV – Volume I), que não constatou falhas ou irregularidades na condução do procedimento de contratação nem dolo na conduta dos gestores responsáveis.*

51. *Assim, em face das análises ora realizadas e da documentação carreada aos autos, entendo desnecessário tecer maiores comentários acerca dos trabalhos levados a efeito no Processo n.º 097.001.456/2012, em face da proposta ora formulada de retorno dos autos ao Órgão de Controle Interno para as análises pertinentes à matéria.*

Eventos Ltda-ME (fls. 1.093/1.098 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume V); **Contrato n.º 44/2012** – Ministério da Justiça e empresa Real DP Serviços Gerais Ltda. (fls. 3.139/3.158 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume V); **Contrato de Prestação de Serviços n.º 062/2010 e aditivos** – TJDF e empresa Dinâmica, Administração, Serviços e Obras Ltda. (fls. 2.997/3.053 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume V); **Contrato n.º 0070/2012** – Senado Federal e Qualitécnica Empresa Nacional de Serviços Ltda. (fls. 3.269/3.315 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume VI e fls. 3.264/3.268 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V); **Contrato n.º 45/2012** – Ministério da Justiça e empresa Zarcone Construções, Serviços e Transportes Ltda. (fls. 3.099/3.118 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V); e **Contrato de Prestação de Serviços n.º 020/2013-SEPLAN** – sem numeração do Processo n.º 410.000.630/2013 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V).



É o Relatório.

VOTO

Em exame, a tomada de contas especial instaurada para apurar eventuais danos causados ao erário em face da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários verificada nos Processos nº 097.001.389/2008 e 097.001.077/2009.

Compulsando os autos, observo divergência entre os pareceres. Enquanto a unidade técnica entende não ter sido caracterizado prejuízo e sugere o encerramento das TCEs, o *Parquet*, considerando insuficiente a documentação apresentada para esclarecer as dúvidas levantadas pelo Órgão de Controle Interno, pugnou pelo envio da TCE à atual Controladoria Geral do Distrito Federal para as manifestações de sua alçada.

Verifico que os motivos elencados pelo MPCDF para o retorno da TCE à Controladoria Geral do DF residem basicamente na insuficiência das informações contidas nos autos, especialmente a adequação do procedimento de contratação e a compatibilidade dos valores praticados na Concorrência n.º 006/2008 (Processo n.º 097.001.389/2008: contratação da empresa TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.), bem como a respeito da regularidade dos procedimentos de contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., mediante o exame da conformidade dos documentos supervenientemente acostados aos autos para verificar a compatibilidade dos quantitativos estimados e dos custos unitários praticados no Contrato n.º 034/2009-Metrô/DF (Processo n.º 097.001.077/2009).



Assiste razão ao douto *Parquet*. Com efeito, a abertura da TCE foi recomendada pelo próprio Órgão de Controle Interno para a apuração de eventuais prejuízos ocorridos na contratação das empresas TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. e Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., conforme, inclusive, apontado no Relatório de Auditoria nº 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC. Dessa forma, faz-se necessário encaminhamento das TCEs à Controladoria Geral do Distrito Federal para emissão do Relatório/Certificado de Auditoria a ser posteriormente submetido a esta Corte, na linha defendida pelos Pareceres nºs 904/2014-DA (fls. 29/41) e 764/2015-DA (fls. 170/180).

A necessidade de manifestação prévia da Controladoria Geral do Distrito Federal em tomadas de contas especiais é plenamente aplicável ao caso vertente. Isso porque, mesmo a comissão apuradora tendo concluído pelo encerramento das contas, fundamenta a necessidade de apresentação do Relatório/Certificado de Auditoria, o art. 8º da Resolução nº 102/1998, *in verbis*:

Art. 8º As tomadas de contas especiais devem ser remetidas aos órgãos centrais dos Sistemas de Controle Interno dos Poderes Legislativo e Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua instauração.

A propósito, alerta para observância desse rito consta do Parecer nº 189/2013-PJU (fls. 296/302-apenso), *in verbis*:

9. Em 13.12.2012, entretanto, foi publicada a Instrução de Serviço nº 05/2012 da STC/DF, que aplica especificamente a esta Companhia, nos termos de seu artigo 3º:

*Art. 3º Subordinam-se às regras desta Instrução Normativa todos os órgãos da Administração direta, nela incluídos as administrações regionais, as Polícias Civil e Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e os órgãos de relativa autonomia; bem como as autarquias, inclusive sob regime especial; as fundações públicas; os fundos especiais; as **empresas públicas**; as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal.*

(...)

13. Entretanto, quanto aos procedimentos formais desta TCE, deve-se ressaltar que não consta nos autos cópia da manifestação da Secretaria de Transparência e Controle – STC/DF que apresentou o questionamento acerca dos pagamentos sem

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 19

Proc.: 19000/12

Antônio

parâmetros de pesquisa de preços ora investigada. E a CTCE, em seu Relatório, se refere a esse questionamento que partiu da STC/DF. Para melhor entendimento do problema e regularização formal desta TCE, sugere-se a juntada aos autos dessa manifestação da STC/DF.

(...)

20. Ante o exposto, s.m.j., verifica-se que, sob o ponto de vista formal, a Comissão de tomada de Contas observou as exigências legais e da Resolução nº 102/98 do TCDF, conforme exposto nos itens 9 e 10, sendo necessário, somente, a juntada aos autos da manifestação da STC/DF que originou essa TCE (...)

Além dessa circunstância formal, outra, de caráter material, justifica a adoção do entendimento defendido pelo *Parquet*. Refiro-me às dúvidas lançadas pelo MPCDF quanto à conformidade dos quantitativos estimados e dos custos unitários nos ajustes. Nesse sentido, faz-se necessário, inclusive, o exame dos documentos recentemente acostados aos autos: Ofício n.º 457/2014-PRE e respectivos anexos (fls. 45/143), incluindo a Nota Técnica n.º 05/2014 (fls. 47/50); as cópias do Processo n.º 097.001.456/2012 (fls. 51/143); e as mídias eletrônicas referentes aos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009, integrantes do envelope acostado aos autos (fl. 46v).

Diante do exposto, acolhendo os fundamentos e sugestões do Ministério Público, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44);
- b) do Ofício n.º 457/2014-PRE e respectivos anexos (fls. 45/143), incluindo a Nota Técnica n.º 05/2014 (fls. 47/50); as cópias do Processo n.º 097.001.456/2012 (fls. 51/143); e as mídias eletrônicas referentes aos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009, integrantes do envelope acostado aos autos (fl. 46v);

II. determine a remessa do apenso, de cópia da documentação referida no item anterior, da Informação nº 248/2015-SECONT/3ª DICON, do Parecer nº 764/2015-DA e do voto condutor da decisão que vier ser proferida à Controladoria Geral do Distrito Federal –



CGDF para a elaboração do competente Relatório/Certificado de Auditoria quanto às Tomadas de Contas Especiais instauradas para apuração de eventuais prejuízos decorrentes da ausência de comprovação da regularidade dos quantitativos e custos unitários nos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2015.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator